

1. ESTRATÉGIA E ANÁLISE

1.1 Mensagem da Administração

As empresas municipais são uma das entidades do sector empresarial local e visam a exploração de actividades que prossigam objectivos de reconhecido interesse geral, local e regional. São uma forma de administração indirecta dos municípios. Sendo criadas pelos municípios a sua acção e os objectivos atingidos devem-no ser em grau superior ao que seriam se essas actividades decorressem no âmbito da acção directa das câmaras municipais.

O problema deve ser encarado sem quaisquer tabus ou receios e admitindo mesmo que, em muitas circunstâncias, os municípios não colocaram todo o cuidado quanto à criação e manutenção das empresas municipais e sobretudo ao controlo sobre os resultados que iam apresentando. A própria discussão pública em torno da dimensão do Estado estará incompleta se deixar de fora as empresas públicas, municipais ou de outro tipo.

Para que servem as empresa municipais? São rentáveis? Correspondem a exigências públicas que não possam ser desempenhadas pelos serviços camarários ou pela iniciativa privada? Se algumas forem extintas virá daí algum mal à qualidade de vida dos nossos munícipes? Não existe uma resposta tipo. E manda o mais avisado rigor que se aborde o tema com prudência fugindo às agendas mediáticas e políticas que tratam hoje o assunto com a mesma superficialidade com que de início foi tratado.

O próprio enquadramento legal actual e os modos de tutela, a coabitação entre o direito administrativo público e o privado, transformaram as empresas municipais num produto híbrido em que para com umas coisas são empresas e para outros serviços públicos. A instabilidade normativa tomou conta das empresas municipais e se há matéria que tolha a governabilidade de qualquer organização é a incerteza e a ausência de estabilidade.

A criação de empresas municipais, que são a *empresarialização* de um serviço público tem de ter como seu suporte fundamental a perspectiva que essa forma de organização é a mais favorável ao serviço público prestado. As empresas municipais têm de ser uma mais valia na prestação do serviço público e não um factor de agravamento desse serviço. O país não compreenderia e não aceitaria que a via da *empresarialização* de serviços públicos o não fosse para obter ganhos de eficácia e eficiência na prestação dos serviços, na economia dos custos e na qualidade dos serviços prestados.



Relatório de Sustentabilidade 2010

O sector empresarial local enfrenta, efectivamente, a necessidade de mudança de paradigma, ultrapassada que parece estar, a fase de se entenderem as empresas municipais como uma mera extensão política das câmaras municipais. Prosseguindo a satisfação de necessidades de interesse geral e, por via desse facto, devendo articular-se com os objectivos prosseguidos pelas entidades públicas que participam no respectivo capital social a sua exploração eficiente requer que se assegurem critérios de viabilidade económica e de equilíbrio financeiro. Só assim se torna possível para a entidade accionista, no caso a Câmara Municipal, mas também para os munícipes, garantir os ganhos de qualidade e a racionalidade acrescentada na óptica do serviço público que a criação de uma empresa deve garantir.

As empresas municipais têm de ser uma mais valia na prestação do serviço público e não um factor de agravamento desse serviço. O facto de serem empresas públicas só acentua o grau de mútua responsabilidade atendendo a que se está a gerir com capitais públicos e em que o desempenho empresarial tem uma lógica e um sentido também públicos não se justificando qualquer anátema desculpabilizante ou de menor grau de responsabilidade face aos desempenhos apresentados.

Da análise à evolução da empresa *Oeiras Viva* ao longo do tempo, muito particularmente da situação com que fomos confrontados no início do nosso mandato em 2006, constata-se que o plano de saneamento financeiro adoptado e a estratégia de gestão definida e seguida geraram resultados positivos ultrapassando as melhores expectativas.

Estes resultados atingem ainda maior relevo se os cruzarmos com as transferências feitas, a qualquer título (compensação de preços sociais nas piscinas e/ou aquisições de serviços), da parte da Câmara Municipal de Oeiras.

Mantendo-se os pressupostos de investimento, de exploração e financeiros seguidos nos últimos anos e na sequência do plano de reestruturação e viabilidade financeira adoptados, entendemos que estão criadas as condições de estabilidade gestonária e que o "*modelo de negócio*" está encontrado com níveis de eficiência provados ultrapassando mesmo, pela positiva, os indicadores dos estudo previsionais realizados.



No Código de Ética da empresa a visão da empresa é o de "ser uma referência pela excelência dos serviços prestados e pelo retorno gerado para o accionista."

Os objectivos definidos no início do mandato foram atingidos e, em alguns casos, até mesmo superados. É prova bastante que, apesar de já de si ambiciosos, os resultados superaram os objectivos definidos nos sucessivos planos que foram apresentados e aprovados pelo accionista.

Estes resultados só foram possíveis através de uma cultura de empresa forte e focalizada em resultados, sustentada numa firme disciplina orçamental, consolidada numa lógica de redução de custos e numa estratégia geradora de fontes de receita. A preocupação com os resultados económico-financeiros da empresa não descurou a natureza social da empresa e dos serviços que presta à comunidade e que estão traduzidos em elevados níveis de satisfação e de ocupação .

Estes resultados assumem um significado de maior relevo se tivermos em conta que o exercício sofreu já os efeitos deletérios da crise e da recessão económicas com repercussão nas disponibilidades financeiras das pessoas e das famílias originando retracção no consumo nas áreas do lazer que são o segmento dominante nos serviços da empresa.

Resta-nos sublinhar o empenho dedicação e sentido de responsabilidades dos trabalhadores os quais conscientes das dificuldades da empresa manifestaram ao longo do ano um sentido de missão, de dedicação e de entrega às diferentes tarefas que é de elementar justiça enaltecer.

1.2 Principais Impactos, Risco e Oportunidades

No ano de 2010 iniciou-se um período de forte recessão cuja conclusão não se prevê. O rendimento disponível das famílias tem vindo a diminuir em alguns níveis de forma drástica.

A Oeiras Viva vende lazer.



Relatório de Sustentabilidade
2010

Nas piscinas, nos auditórios, nos pavilhões desportivos, no Porto de Recreio o que está em jogo é de facto a procura de um produto que não é de primeira necessidade mas, de importância decisiva para o bem estar físico e intelectual dos cidadãos.

Pese embora o receio de uma acentuada contracção da procura, ainda não se fez sentir na dimensão esperada. O receio avoluma-se e é possível que no ano de 2011 seja fundado.

Temos que reinventar todos os conceitos. Estamos conscientes da necessidade de fazer mais e melhor e apostar na qualidade dos serviços prestados, diferenciando-nos dos concorrentes. Apostámos durante o ano numa forte redução da despesa em geral e nos consumos de energia em particular.

2. Âmbito do Relatório

2.1. Do Relatório

A Oeiras Viva, EEM apresenta o Relatório de Sustentabilidade referente ao ano de 2010. Este relatório tem por objectivo medir, divulgar e prestar contas para os stakeholders a evolução das actividades da Oeiras Viva, face aos compromissos assumidos para o corrente ano.

Este relatório é pela primeira vez elaborado de acordo com as Directrizes da “Global Reporting Initiative” (GRI)

Este relatório inclui indicadores sociais e ambientais e aborda de forma não exaustiva o desempenho económico uma vez que pode ser analisado em sede de Relatório e Contas.

Os indicadores de Recursos Humanos podem, de forma exaustiva, ser consultados no Relatório Único.



2.2. Do Índice GRII

No ponto 10 encontra-se o quadro ordenado dos Indicadores GRII 3.0 bem como a sua remissão para o corpo do presente Relatório.

A Oeiras Viva, EEM auto declara o nível C das Directrizes GRII, sem prejuízo de futuramente poder vir a proceder à sua verificação externa.

Relatório de níveis de aplicação:

Perfil da G3

Responder aos itens : 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8; 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4; 4.14 a 4.15 Indicadores de Desempenho da G3.

Responder a um mínimo de 10 indicadores de desempenho, incluindo pelo menos 1 de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, económico e ambiental.



3. Perfil Organizacional

3.1 Tipo e Natureza Jurídica

A Empresa Municipal Oeiras Viva E.E.M foi constituída em 18 de Abril de 2001, por deliberação da Assembleia Municipal de Oeiras, com o objectivo de gerir os equipamentos desportivos, culturais e de recreio da Câmara Municipal de Oeiras.

É uma empresa municipal cujo accionista único é a Câmara Municipal de Oeiras.

De acordo com o instrumento legal de enquadramento, Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro, a Oeiras Viva é uma empresa “encarregada da promoção do desenvolvimento local” que desenvolve “actividades que se insiram no âmbito de atribuições de entidades instituidoras (no caso a Câmara Municipal de Oeiras), designadamente: f) Promoção e gestão de equipamentos colectivos e prestação de serviços educativos, culturais, de saúde, desportivos, recreativos e turísticos e sensibilização e protecção ambiental.”



3.1.1 Dimensão

Nº de Colaboradores	74
Volume de Vendas	3.145.595,00€
Prémios :	Bandeira Azul TYHA Gold Anchor Award Scheme

3.2 Capital Social

O capital social é de 100.965,57€

3.3 Localização da Sede e Contactos

A Oeiras Viva, EEM tem a sua sede em Portugal, na Vila de Oeiras

Endereço:

Auditório Municipal Eunice Muñoz,
Rua Mestre de Aviz
2780-230 Oeiras Portugal

Telefones: 21 446 2550

Fax: 21 441 5933

Correio Electrónico: geral@oeirasviva.pt

Website: www.oeirasviva.pt

3.4 Marcas, Produtos e Serviços

Os principais serviços prestados pela empresa situam-se na manutenção e gestão de infra-estruturas desportivas, designadamente em piscinas e pavilhões desportivos, bem como em auditórios.



- Porto de Recreio de Oeiras
- Piscina Oceânica
- Escola Vela Viva
- Parque Desportivo Carlos Queirós
- Piscina de Outurela Portela
- Piscina de Barcarena
- Piscina de Linda-a-Velha
- Auditório Ruy de Carvalho
- Pavilhão de Talaíde
- Pavilhão de Paço de Arcos
- Pavilhão de S. Julião
- Pavilhão de Caxias
- Pavilhão de Queijas
- Pavilhão de Carnaxide
- Pavilhão de Miraflores

A empresa presta serviços ao nível do ensino de natação a adultos e a crianças, hidroterapia hidrogenástica, aeróbica, pilatos e vela. Neste último caso, constituiu uma Escola de Vela para ensino desta modalidade desportiva a crianças e adultos, bem como a pessoas portadoras de deficiências mentais.



O Porto de Recreio é uma infraestrutura dotada de 294 lugares de amarração a nado e 50 a seco. Os serviços prestados pela empresa incluem a formação náutica, os batismos de vela, serviços de skipper, abastecimento de combustíveis, aluguer de embarcações, transporte de barcos, lavagem de cascos, manobra e alagem de embarcações, resgate de embarcações, serviços de atenção ao cliente, serviços de informação turística e concepção de acções de team building.

4. Parâmetros do Relatório

Perfil do Relatório

4.1 Período a Que se Referem as Informações

As informações constantes deste relatório particularmente no que se refere a indicadores de desempenho social e económica, referem-se ao ano civil de 2010.

No entanto, considerando que se trata do primeiro relatório GRI que a empresa apresenta, sempre que se considerar conveniente serão prestadas outras informações, que serão datadas.

4.2 Data do Relatório Mais Recente

Com estrutura GRII não foi produzido nenhum outro Relatório.

A empresa apresenta ao accionista:

- Com periodicidade anual, projectos de planos de actividades anuais e plurianuais; projecto de orçamento anual; relatório anual de contas e actividades.
- Com periodicidade trimestral, relatório trimestral

O Relatório de Sustentabilidade será elaborado anualmente.

4.3 Ciclo de Reporte

As informações constantes deste relatório particularmente no que se refere a indicadores de desempenho social e económica, referem-se ao ano civil de 2010.

No entanto, considerando que se trata do primeiro relatório GRI que a empresa apresenta, sempre que se considerar conveniente serão prestadas outras informações, que serão datadas.

4.4 Contactos para Questões Relacionadas com o Relatório ou o Seu Conteúdo

Cristina Rosado Correia

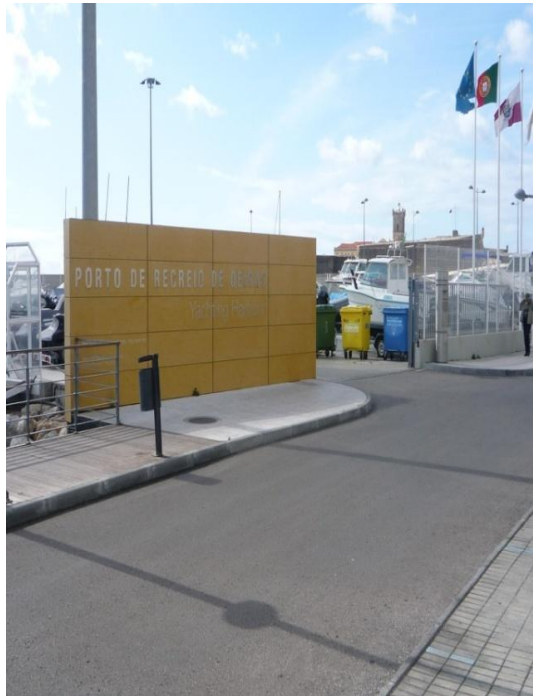
Administradora

rcorreia@oeirasviva.pt

5. Governação, compromisso e envolvimento de stakeholders

5.1 Accionista Único

O capital da empresa é detido na totalidade pela Câmara Municipal de Oeiras.





5.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Oeiras Viva é constituído por três membros, dois dos quais exercem funções executivas exercendo o Presidente do Conselho funções executivas.

5.3 Órgão de Fiscalização

A fiscalização é exercida pela *Mazars & Associados, SROC, SA*.

5.4 Informação Complementar

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é definida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, no entanto, limitada por lei.

Está prevista a atribuição de remuneração variável em função dos resultados obtidos, no entanto dada a conjuntura económica e financeira que o país atravessa a sua aplicação está suspensa.

Em observância das normas legais aplicáveis as remunerações dos membros do Conselho de Administração estão disponíveis para consulta no sítio da empresa.

Os membros do Conselho de Administração apresentam anualmente ao Tribunal constitucional a sua “Declaração de Rendimentos”. Apresentam ainda na Procuradoria-geral da República uma declaração de inexistência de incompatibilidades e impedimentos, bem ainda uma declaração de inexistência de conflitos de interesses à Inspeção Geral de Finanças.

Foram acordadas entre o Conselho de Administração e o accionista normas de avaliação do desempenho, como segue:



5.5 Avaliação de Desempenho do Conselho de Administração

Cláusula 3ª

(Deveres especiais dos segundos outorgantes)

1. Na condução do mandato para o exercício 2010-2012 constituíam objetivos primordiais de gestão:
 - a) Assegurar o cumprimento do Plano de Atividades Anual estabelecido pelo accionista;
 - b) Alcançar resultados de exercício positivos;
 - c) Consolidar o modelo de gestão da Empresa.
2. É reconhecido pelas Partes que nos termos da Lei 53-F/2006 não pode a Oeiras Viva desenvolver uma actividade unicamente focalizada na obtenção dos melhores resultados comerciais, devendo antes concorrer para a prestação de um serviço público de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local.

Cláusula 4ª

(Avaliação do desempenho)

1. A avaliação do desempenho dos segundos outorgantes é feita anualmente pelo primeiro outorgante e assenta na avaliação dos objetivos definidos nas alíneas a) e b) da cláusula anterior.
2. Cada critério de avaliação terá uma pontuação máxima de 10 (dez) pontos, indexados ao cumprimento integral do objetivo especificado, do seguinte modo:
 - a) No critério "Assegurar o cumprimento do Plano de Atividades Anual estabelecido pelo accionista", a atribuição de pontos é feita de acordo com o nível de concretização do Plano de Atividades, consoante na tabela abaixo a pontuação para cada nível de realização dos objetivos fixados:

Rácio Objectivos Cumpridos vs Objectivos Fixados	Pontuação
90% - 100%	10
80% - 89,9%	8
70% - 79,9%	6
60% - 69,9%	4
50% - 59,9%	2
<50%	0

- b) Se, por motivos não imputáveis à Oeiras Viva, forem abandonadas determinadas actividades no decurso do ano operacional, os objetivos correspondentes não serão considerados para o cálculo do grau de realização do Plano de Atividades.

- c) No critério de "Resultados de Exercício Positivos" corresponde a atribuição de 10 (dez) pontos ao cumprimento do objetivo estipulado no Plano e Orçamento, com uma margem do grau de realização de mais e menos 5%, sendo que o não cumprimento desse objetivo implica a atribuição de 0 (zero pontos);

- d) A ponderação dos referidos critérios de avaliação é feita da seguinte forma:

- i. Plano de Atividades 40% (quarenta por cento);
- ii. Resultados de Exercício 60% (sessenta por cento).

- e) A avaliação é nos termos supra definida pela seguinte equação:

$$i. AF = (VP \times 40\%) + (VR \times 60\%)$$

Em que:

1. AF significa "avaliação";
2. VP significa "Valoração Plano" obtida nos termos da alínea a) supra;
3. VR significa "Valoração de Resultados" obtida nos termos da alínea c) supra.

- f) A obtenção de uma Avaliação final de 0,0 (zero) ou superior equivale a uma avaliação de desempenho boa ou muito boa, significando o cumprimento dos objetivos de gestão fixados.

4. O não cumprimento dos objetivos não implica a violação de quaisquer deveres de prudência e cuidado no exercício de gestão a que o Conselho de Administração se encontra vinculado, sendo reconhecido pelas partes que o interesse social pode apresentar-se distinto do interesse dos sócios. Assim, não equivale o não cumprimento dos objetivos propostos a justa causa para a cessação do mandato.

5. Em sede de Relatório e Contas, o Conselho de Administração avalia a sua prestação, nos termos da presente cláusula e propõe a atribuição da remuneração variável, de acordo com o critério definido na cláusula 5ª e submete à aprovação do primeiro outorgante.



Relatório de Sustentabilidade
2010

6. Perfil

6.1 Missão

A Oeiras Viva tem por missão prestar serviços de elevada qualidade, satisfazendo e excedendo as expectativas dos seus clientes, colaboradores e accionista, segundo critérios de eficiência, rigor e racionalidade.

6.2 Visão Estratégica

A Oeiras Viva, E.E.M pretende ser uma referência pela excelência dos serviços prestados e pelo retorno gerado para o accionista.

6.3 Objectivos

A gestão da Oeiras Viva assenta na solidez económica da empresa, bem como o seu equilíbrio financeiro com respeito pelas normas legais e princípios da boa gestão empresarial e consolidação financeira, tendo em conta os seguintes objectivos:

- A colaboração activa no cumprimento das orientações das políticas culturais e desportivas aprovadas pelos órgãos competentes do Município de Oeiras, assumindo-se como instrumento privilegiado de execução dessas políticas.
- Adopção de uma gestão previsional por objectivos, assente na descentralização e delegação de responsabilidades, adaptada à dimensão da empresa.
- Gestão dos meios financeiros de forma a permitir o equilíbrio da exploração e elevados índices de produtividade.
- Para cada ano económico é preparado o plano de actividades e os orçamentos anuais, de exploração e investimento, os quais são completados com os desdobramentos necessários para permitir a descentralização de responsabilidades e o adequado controlo de gestão.

6.4 Códigos de Conduta

A Oeiras Viva pauta a sua actuação pelos princípios definidos no:

- Código de Ética

E no

- Plano de Gestão de Riscos e Infracções Conexas
- Código de Conduta Ambiental

Estes documentos são do conhecimento de todos os stakeholders e estão disponíveis no sítio da empresa www.oeirasviva.pt

Compromisso com Iniciativas Externas

A Oeiras Viva integra as seguintes associações:

- APEE – Associação Portuguesa de Ética e Responsabilidade Social
- GC - Global Compact
- Associação Fórum Empresarial da Economia do Mar
- APPR – Associação Portuguesa de Portos de Recreio
- The Yacht Harbour Association

Na Associação Portuguesa para a Ética Empresarial, a Oeiras Viva, EEM integra a Comissão de Verificação de Contas.

Na Associação Portuguesa de Portos de Recreio, integra o Conselho Geral.

No Fórum Empresarial da Economia do Mar, integra o Conselho Geral e coordena o Grupo de Trabalho da Náutica de Recreio e Turismo Náutico .



7. RELACIONAMENTO COM OS STAKEHOLDERS

7.1 Listagem

- Colaboradores
- Clientes
- Fornecedores
- Estabelecimentos de Ensino
- Sociedade civil
- Associações

7.2 Colaboradores

A motivação dos colaboradores é verdadeiramente um dos factores de sucesso do negócio e tem determinado seriamente consolidação da sua situação financeira.

O clima organizacional favorável e a polivalência funcional de todos os colaboradores estabelecem a convergência de alinhamento estratégico entre as expectativas das partes.

Reuniões periódicas e desafios para criação de novos métodos de trabalho e novos negócios.

Publicação de newsletter mensal da empresa.

“Ideias que nos inspiram”, espaço no sítio da empresa onde os colaboradores podem partilhar ideias e textos que repute de interesse.

Realização de acções de formação e de sensibilização, bem como visitas de benchmarking.



7.3 Clientes

O foco da Oeiras Viva é proporcionar aos seus clientes individuais ou colectivos, serviços de excelência com elevado grau de qualidade, que estejam ao alcance de todos sem barreiras arquitectónicas e com óptimas condições de segurança. A Oeiras Viva é hoje uma marca de confiança, pela qualidade dos serviços que presta. Esta confiança criou alguma estabilidade, num mercado cada vez mais volátil, onde as consequências crise se têm feito sentir.

Avaliação da satisfação dos clientes pelo método do questionário:

OEIRAS VIVA						
Perspectiva de Avaliação						
Municípios e Comunidade em Geral						
Grau de Satisfação dos Clientes (Piscinas)	Meta	Periodic.	1º S 2009	Desvio (%)	2º S 2009	Desvio (%)
- Satisfaz	75,0%	Semestral	88,3%	18%		
- Satisfaz Pouco	20,0%	Semestral	8,6%	-67%		
- Não Satisfaz	5,0%	Semestral	0,4%	-91%		
- Não Sabe, Não Responde ou Nulos	0,0%	Semestral	4,6%			
Grau de Satisfação dos Clientes (Piscina Oceânica de Oeiras)	Meta	Periodic.	1º S 2009	Desvio (%)	2º S 2009	Desvio (%)
- Satisfaz	85,0%	Semestral				
- Satisfaz Pouco	10,0%	Semestral				
- Não Satisfaz	5,0%	Semestral				
- Não Sabe, Não Responde ou Nulos	0,0%	Semestral				
Grau de Satisfação dos Clientes (Pavilhões)	Meta	Periodic.	1º S 2009	Desvio (%)	2º S 2009	Desvio (%)
- Satisfaz	75,0%	Semestral	86,7%	16%		
- Satisfaz Pouco	20,0%	Semestral	13,3%	-33%		
- Não Satisfaz	5,0%	Semestral	0,0%	-100%		
- Não Sabe, Não Responde ou Nulos	0,0%	Semestral	0,0%			
Grau de Satisfação dos Clientes (Porto de Recreio)	Meta	Periodic.	1º S 2009	Desvio (%)	2º S 2009	Desvio (%)
- Satisfaz	90,0%	Semestral	100,0%	11%	100,0%	11%
- Satisfaz Pouco	5,0%	Semestral	0,0%	-100%	0,0%	-100%
- Não Satisfaz	5,0%	Semestral	0,0%	-100%	0,0%	-100%
- Não Sabe, Não Responde ou Nulos	0,0%	Semestral	0,0%		0,0%	

Em 2010 o grau de satisfação dos clientes, que usufruem dos equipamentos geridos pela Oeiras Viva, registou uma evolução positiva face ao valor referenciado como meta.



7.4 Fornecedores

No relacionamento com clientes e fornecedores, os colaboradores devem incentivar e divulgar os valores da empresa, promovendo a cooperação, a boa educação no tratamento, a disponibilidade, a simpatia, a proactividade e a responsabilidade individual. Estabelecendo relações assentes na integridade, no respeito mútuo e a longo prazo.

Respeitando os compromissos acordados e os princípios de negócio.

Procurando parceiros cujos princípios e valores sejam coerentes com os padrões éticos da OEIRAS VIVA.

7.5 Estabelecimentos de Ensino

Conscientes da necessidade de aproximação das escolas e particularmente das universidades ao mundo empresarial, foram celebrados protocolos com:

- Universidade do Maputo
- Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Motricidade Humana
- Instituto Português de Administração de Marketing
- Desporto Escolar

7.6 Sociedade Civil

Celebrados protocolos de colaboração para promoção do desporto em geral e da Náutica de Recreio em particular, com:

- Federação Portuguesa de Vela
- Associação Portuguesa Portadores de Trissomia 21
- Comité Paralímpico de Portugal
- Escola Náutica Infante D. Henrique
- Associação Desportiva de Oeiras

Com a comunicação social “A OEIRAS VIVA recusará qualquer inserção publicitária em órgãos de comunicação social como contrapartida a entrevistas ou reportagens sobre a vida da empresa.” (in Código de Ética)

7.7 Associações

A Oeiras Viva integra as seguintes associações:

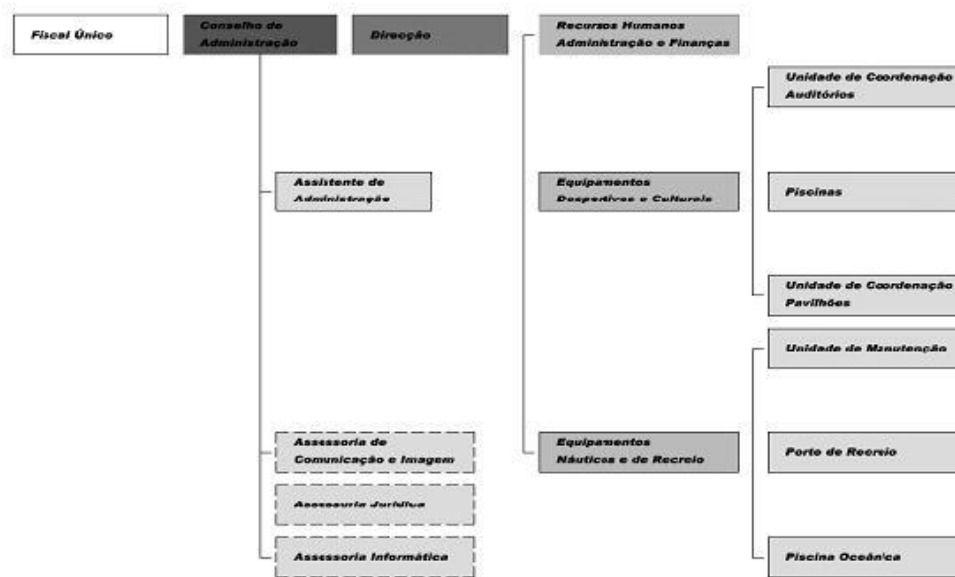
- APEE – Associação Portuguesa de Ética e Responsabilidade Social
- GC - Global Compact
- Associação Fórum Empresarial da Economia do Mar
- APPR – Associação Portuguesa de Porto de Recreio
- The Yacht Harbour Association.



8. Desempenho

8.1. DESEMPENHO SOCIAL

Modelo Organizativo



“3.1.2. A OEIRAS VIVA compromete-se a promover o respeito pela igualdade de oportunidades para todos os seus colaboradores e potenciais colaboradores. Todas as suas práticas, políticas e procedimentos laborais estão orientadas no sentido de impedir a discriminação e o tratamento diferenciado em função de raça, género, orientação sexual, credo, estado civil, deficiência física, orientação política ou opiniões de outra natureza, origem étnica ou social, naturalidade ou associação sindical.

3.1.3 A OEIRAS VIVA garante a salvaguarda da integridade moral dos seus colaboradores, assegurando o seu direito a condições de trabalho que respeitem a sua dignidade individual.

3.1.4 A OEIRAS VIVA procura proteger os seus colaboradores de actos de violência psicológica e condena quaisquer atitudes ou comportamentos que resultem na discriminação ou contrariem as convicções dos seus colaboradores – por exemplo, insultos, ameaças, isolamento, invasão da privacidade ou limitação profissional.” (in Código de Ética, www.oeirasviva.pt)



8.1.1 Gestão de RH

A motivação dos colaboradores é verdadeiramente um dos factores de sucesso do negócio e tem determinado seriamente consolidação da sua situação financeira.

O clima organizacional favorável e a polivalência funcional de todos os colaboradores estabelecem a convergência de alinhamento estratégico entre as expectativas das partes. Esta polivalência, caracterizada sobretudo pela disponibilidade de colocar ao serviço da empresa as competências pessoais e profissionais de cada um, foi conseguida á custa de um grande envolvimento dos colaboradores nos objectivos da empresa e da manutenção de um sistema de monitorização da gestão e da avaliação do desempenho.

8.1.2 Recrutamento

O processo de recrutamento é claro simples e onde o respeito pela igualdade de oportunidades para todos os candidatos está sempre como linha orientadora do processo, impedindo a discriminação e tratamento diferenciado em função da raça, género, orientação sexual, estado civil, deficiência física, naturalidade ou associação sindical.

Na primeira abordagem é explicado claramente ao colaborador o que se espera dele, qual a carreira, a função, os conteúdos funcionais inerentes à carreiras, as progressões, a tabela salarial, a direcção e a chefia que o irá orientar dentro da empresa caso seja seleccionado.

8.1.3 Acolhimento

O acolhimento de um colaborador na Oeiras Viva não é realizado apenas na data da sua inserção na empresa, é um processo contínuo, que visa proporcionar boas condições de equilíbrio emocional e estrutural para que possam ser criadas as condições ideais para o desenvolvimento das competências profissionais e pessoais.



Na fase de Acolhimento, é entregue ao colaborador um pin com o logótipo da empresa e o Manual de Acolhimento da organização para que o mesmo possa conhecer os princípios normativos que estruturam a vida da Oeiras Viva E.E.M. Quando a função do colaborador implica equipamento de protecção individual o mesmo é entregue de imediato.

8.1.4 Política Remuneratória

A estrutura remuneratória da Oeiras Viva, EEM visa assenta em princípios de equidade e alinhamento com o mercado. Foi aprovado pelo Conselho de Administração e pelo accionista um regime de retribuição variável que promovendo a motivação dos colaboradores, reconhece o mérito e o contributo de cada um no desempenho global da empresa. Um e outro instrumento são do conhecimento de todos os colaboradores.

8.1.5 Avaliação de Desempenho

O sistema de avaliação de desempenho é entendido como um meio para melhorar os resultados dos colaboradores, desenvolver a comunicação entre avaliadores e avaliados, promovendo uma melhoria no clima de trabalho e assenta na definição de objectivos, atitudes e processos de trabalho. É estimulada a auto avaliação.

8.1.6 Gestão de Carreiras

Os colaboradores estão integrados em carreiras, estruturadas em níveis, dependendo a progressão da avaliação do mérito.

É, no entanto, possível admitir colaboradores para funções não enquadradas em carreiras por motivos definidos no respectivo regime.



8.1.7 Formação Profissional

A empresa tem vindo a pugnar por uma formação constante dos colaboradores, para que desenvolvam de forma sistemática, competências e atitudes que se traduzam numa mais-valia para o colaborador e a empresa.

Convictos, no entanto, que a formação não se esgota no plano profissional, a empresa tem pugnado por proporcionar aos seus colaboradores apoio para que concluam níveis de escolaridade indispensáveis ao seu desenvolvimento enquanto cidadãos. Temos vindo a incrementar o apoio ao Programa Novas Oportunidades tendo no ano de 2010 concluído a sua formação 10 colaboradores.

Iniciou-se a divulgação do “Curso de qualificação para estudos superiores”, a todos os colaboradores que concluíram o processo, criado para apoiar todos os estudantes que concluem o 12º Ano no projecto Novas Oportunidades e pretendem prosseguir os estudos universitários.

Foi dado início ao processo de certificação profissional a todos os que estão habilitados com o 12º ano e exercem uma profissão específica, que posteriormente é verificada pela entidade certificadora.

8.1.8 Saúde e Segurança no Trabalho

Todos os colaboradores realizam uma consulta na data de admissão e anualmente são realizados exames médicos e uma consulta.

No decorrer do ano de 2010 foram implementadas algumas iniciativas, inseridas no Projecto Saúde Viva, que visa promover acções de sensibilização na área da saúde.

Foi dada continuidade ao plano de vacinação anual contra a gripe sazonal, que este ano contempla também a gripe A, bem ainda a vacinação contra o tétano.



8.1.9 Políticas de Benefício

Festa de Natal, momento de convívio entre todos os colaboradores, o Conselho de Administração e o accionista, sendo entregue a cada um **cabaz de natal** e aos filhos dos colaboradores com idade até 12 anos **um presente**.

Os colaboradores e seus descendentes têm a possibilidade de frequentar as **aulas de natação** e **hidroginástica** leccionadas nas instalações dos diversos espaços desportivos e equipamentos.

Concurso de ideias, “Vamos Fazer o que Ainda Não Foi Feito”, que visa promover a partilha de ideias que possam trazer mais-valias para a empresa. Os autores dos projectos vencedores para além de poderem ter seu projecto desenvolvido no ano subseqüente são **premiados**.

8.1.10 Indicadores de RH

Nível de Escolaridade

ESCOLARIDADE	MASCULINO	FEMININO
1º Ciclo do Ensino Básico	2	1
2º Ciclo do Ensino Básico	1	5
3º Ciclo do Ensino Básico	15	3
Ensino Secundário	20	4
Ensino Superior	7	12



Por Carreira

CARREIRA	MASCULINO	FEMININO
Auxiliares	17	7
Administrativos	5	7
Manutenção	8	0
Marinheiros	8	0
Tecnico Nivel I	3	5
Técnico Nível II	3	2
Coordenação	0	2
Direcção	1	2
Total	46	25

Nacionalidade

NACIONALIDADE	MASCULINO	FEMININO
Portuguesa	39	25
Estrangeira	6	0

*(fora da EU)

Idade

IDADE	MASCULINO	FEMININO
20 - 30	8	4
31 - 40	22	9
> 41	15	12
Total	45	25
Idade Média	38	39



Entradas e Saídas

CARREIRA	MASCULINO		FEMININO	
	SAIDAS	ENTRADAS	SAIDAS	ENTRADAS
Auxiliares	1	2	2	5
Administrativos	1	1	0	0
Manutenção	0	1	0	0
Marinheiros	1	0	0	0
Tecnico Nivel I	0	0	0	0
Tecnico Nivel II	0	0	0	0
Coordenação	0	0	0	0
Direcção	0	0	0	0
Total	3	4	2	5

Índice de turnover 0.05%

Assiduidade

FALTAS	MASCULINO	FEMININO
DOENÇA	2043	5652
ACIDENTE TRABALHO	4400	719
Total	6443	6370

Nº de Dias	horas ano	Nº Func	H. Extra	Faltas	H. Trabalhadas	H. Trabalhaveis
365 dias	2.920	74	3.304,50	16.665,00	202.719,50	216.080,00
Taxa Absentismo (365 dias)						7,7%



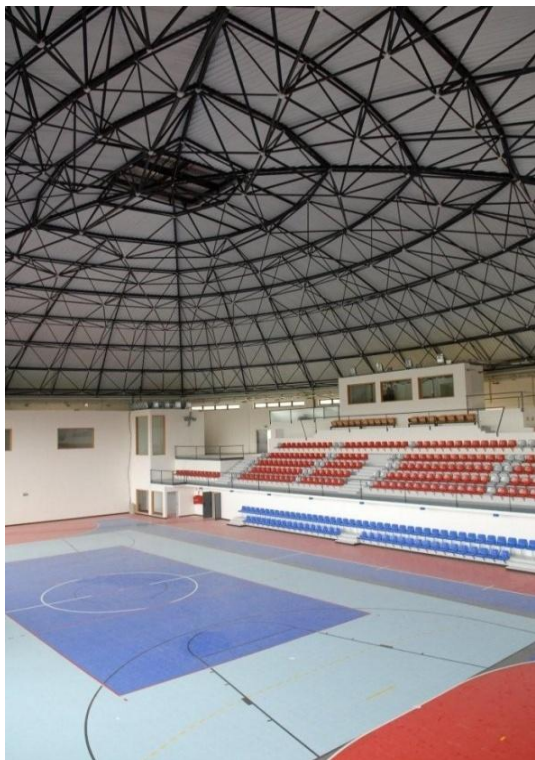
9.2 Desempenho económico

Ao longo da sua existência a OEIRAS VIVA registou uma evolução dos seus capitais próprios em duas séries de sentido contrário e perfeitamente datadas. A primeira, de sentido negativo por acumulação de crescentes prejuízos, culminou em 2005. A segunda, de sentido contrário, registou a primeira inflexão de tendência em 2006 e o primeiro lucro de exploração em 2007.

Uma empresa municipal tem uma filosofia de exploração vocacionalmente social por força da extensão em especialidade e em sinergia de funções sociais da Câmara Municipal, seu accionista. Isso distancia-a da lógica da rendibilidade maximalista dos capitais investidos, isto é, da objectivação do lucro. No entanto, embora relativizando-se nesta óptica a natureza e a dimensão dos capitais próprios, eles devem mesmo assim situar-se no adequado nível de sustentabilidade. Caso contrário, é requerido recurso a fontes de financiamento externas à exploração, seja por subvenções do accionista - para além do assumido suporte da acção social - seja por empréstimos remunerados. As primeiras, directamente alimentadas pelos impostos, são socialmente injustas. Os segundos são também, mas diferidamente, por implicarem uma menor rendibilidade que o accionista acabará de qualquer forma por cobrir.

Isto tudo para referir que foi neste quadro negativo, não de insuficiência, mas de um pico de brutal negatividade - que a Oeiras Viva viveu e recuperou - e em que se acumularam prejuízos de um pouco mais de € 2.250.000 quando o seu capital social se situava em cerca de € 75.000.

A superação deste desequilíbrio foi feita pelo aumento do capital social suportado pela integração dos resultados positivos registados em 2007 e nos exercícios seguintes e pela subscrição pelo accionista de aumento do capital em espécie. No encerramento de 2010 a empresa tem capitais próprios que representam cerca de 42 % do total do seu investimento, obviamente positivos, contra os 140 % negativos que registava em 2006.



9.2.1 Considerações Gerais

No exercício de 2010 a normalização contabilística sofreu alguns ajustamentos assim como também a forma de relato financeiro.

Os resultados da exploração de 2010 e a posição financeira da empresa a 31 de Dezembro de 2010 são com fidelidade o espelho das operações e a resultante do processamento de reequilíbrio financeiro que, paulatinamente, na contingência dos meios disponíveis, tem vindo a ser desenvolvido desde 2005.

Desde então a **Situação Líquida** apresenta a seguinte estrutura evolutiva:

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
capital social	74.820	574.820	674.820	1.174.820	2.197.320	100.966
reservas	1.468	1.468	1.468	1.468	1.468	1.468
resultados transitados	-1.134.342	-2.252.115	-2.358.793	-2.246.296	-2.096.354	161.323
resultado exercício	-1.117.773	-106.678	134.876	149.942	161.323	132.409
situação líquida (1)	-2.175.827	-1.782.505	-1.547.629	-920.066	263.757	396.166
subsídios ao investimento						936.018
situação líquida (2)						1.332.184
(1) pela normalização contabilística descontinuada						
(2) pela normalização contabilística actual						

A escritura de elevação do Capital Social foi celebrada em Dezembro de 2009. No entanto, a consumpção do capital na cobertura dos prejuízos arrastados - já entretanto líquidos dos lucros acumulados a partir de 2007 inclusive - só teve expressão de registo e de contabilidade em 2010, como aliás o Relatório de 2009 já antecipara. Assim, neste exercício regista-se o fim de um ciclo de saneamento financeiro com o Capital Social reduzido à expressão líquida do “pagamento” do que restava de prejuízos.



Extractos de Posição Financeira Comparados

	31 DEZ 2010	%	31 DEZ 2009	%	Δ €	Δ %
ACTIVO						
IMOBILIZADO	2.038.717	68,3	2.056.351	71,6	-17.634	-0,9
Corpóreo	3.728.824	124,9	3.361.067	117,1	367.757	10,9
- Amortizações	-1.690.107	-56,6	-1.304.716	-45,5	-385.391	29,5
MERCADORIAS	5.541	0,2	0		5.541	n.a.
DÍVIDAS DE TERCEIROS	722.296	24,2	638.682	22,3	83.614	13,1
Clientes c/c	394.511	13,2	283.338	9,9	111.173	39,2
Clientes c/ cobrança duvidosa	16.840	0,6	16.802	0,6	38	s.s.
- Perdas por imprudade	-16.840	-0,6	-16.802	-0,6	-38	s.s.
Estado e out entes públicos	46.114	1,5	25.941	0,9	20.173	77,8
Adiantamento a fornecedores	1.252	0,0	930	0,0	322	s.s.
Activos por impostos diferidos	225.159	7,5	314.089	10,9	-88.930	n.a.
Outros devedores	55.260	1,9	14.384	0,5	40.876	284,2
DEPÓSITOS À ORDEM E CAIXA	176.349	5,9	70.856	2,5	105.493	148,9
Depósitos bancários	176.349	5,9	70.856	2,5	105.493	148,9
Caixa	0	0,0	0	0,0	0	n.a.
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	43.427	1,5	104.240	3,6	-60.813	-58,3
Acréscimos e diferimentos	43.427	1,5	104.240	3,6	-60.813	-58,3
Total do activo líquido	2.986.330	100,0	2.870.129	100,0	116.201	4,0
CAPITAL PRÓPRIO						
Capital realizado	1.008.767	33,8	3.193.172	111,3	-2.184.405	-68,4
Capital realizado	100.966	3,4	2.197.320	76,6	-2.096.354	-95,4
Outras variações no capital próprio	907.801	30,4	995.852	34,7	-88.051	-8,8
RESERVAS	1.468	0,0	1.468	0,1	0	0,0
Reservas legais	73	0,0	73	0,0	0	-0,6
Outras reservas	1.395	0,0	1.395	0,0	0	0,0
RESULTADOS	233.082	7,8	-1.935.032	-67,4	2.168.114	-112,0
Resultados transitados	100.673	3,4	-2.096.355	-73,0	2.197.028	-104,8
Resultado líquido do exercício	132.409	4,4	161.323	5,6	-28.914	-17,9
Total do capital próprio	1.243.317	41,6	1.259.608	43,9	-16.291	-1,3
PASSIVO						
DÍVIDAS DE TERCEIROS - MLP	500.000	16,7	600.000	20,9	-100.000	-16,7
Dívidas a Instituições de Crédito	500.000	16,7	600.000	20,9	-100.000	-16,7
DÍVIDAS A TERCEIROS - CP	405.715	13,6	244.431	8,5	161.284	66,0
Fornecedores	109.806	3,7	110.219	3,8	-413	-0,4
Adiantamento a Clientes	186	0,0	0	0,0	186	n.a.
Passivo por Impostos Diferidos	225.629	7,6			225.629	n.a.
Estado e out entes públicos	70.094	2,3	79.595	2,8	-9.501	-11,9
Fornecedores de imobilizado		0,0	43.853	1,5	-43.853	-100,0
Outros credores	0	0,0	10.764	0,4	-10.764	-100,0
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	837.298	28,0	452.001	15,7	385.297	85,2
Acréscimos de custos	495.534	16,6	266.209	9,3	229.325	86,1
Proveitos diferidos	341.764	11,4	185.792	6,5	155.972	83,9
Total do passivo	1.743.013	58,4	1.296.432	45,2	446.581	34,4
Capital próprio e passivo	2.986.330	100,0	2.556.040	89,1	430.290	16,8



9.2.2 Indicadores Operacionais

Taxa de Ocupação dos Equipamentos Desportivos - Piscinas	Ocupação Média	
	2009	2010
- <i>Piscina Municipal Barcarena</i>	56%	53%
- <i>Piscina Municipal Outurela Portela</i>	46%	51%
- <i>Piscina Municipal de Linda-a-Velha</i>	73%	73%
Taxa de Ocupação dos Equipamentos Desportivos - Pavilhões	Ocupação Média	
	2009	2010
- <i>Pavilhão Municipal Carnaxide</i>	80%	78%
- <i>Pavilhão Municipal Miraflares</i>	73%	78%
- <i>Pavilhão Municipal Caxias</i>	40%	53%
- <i>Pavilhão Municipal São Julião</i>	60%	77%
- <i>Pavilhão Municipal Talaíde</i>	64%	80%
- <i>Pavilhão Municipal Paço D'Arcos</i>	55%	77%
- <i>Pavilhão Municipal Queijas</i>	64%	75%
- <i>Parque Desportivo Prof. Carlos Queirós</i>	63%	70%
Taxa de Ocupação do Porto de Recreio	Ocupação Média	
	2009	2010
- <i>Lugares a NADO</i>	98%	98%
- <i>Lugares a SECO</i>	100%	100%
- <i>Espaços Comerciais para Arrendamento</i>	100%	98%

A ocupação média, em 2010, regista um crescimento face ao período homólogo de 2009, na maioria dos equipamentos desportivos.

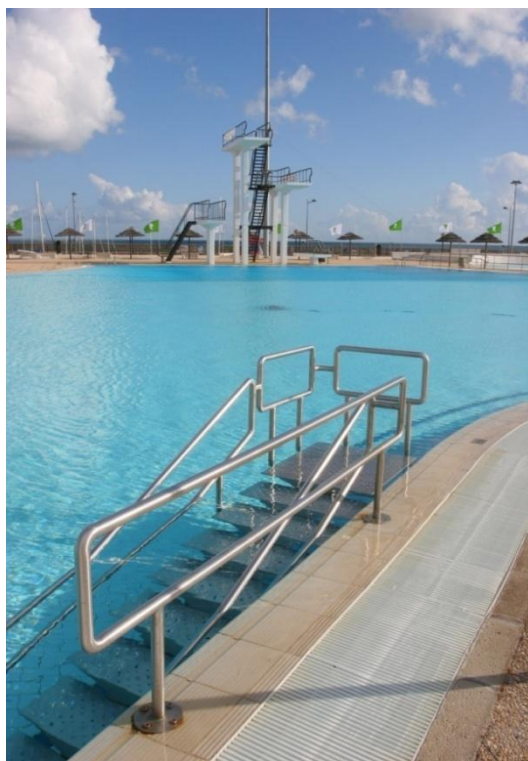
Os preços relativos praticados pela Oeiras Viva, em 2010, face a outras infra-estruturas similares, mantêm-se nos mesmos níveis dos praticados em 2009.

A exceção reside nos Auditórios Municipais em que os preços se aproximaram, em 2010, dos praticados em outras salas de espectáculo .

A Perspectiva Orçamental e Económica – Financeira



Rubrica	Sede	Ocânica	Barcarena	Ostarela	Linda-a-Velha	Pavilhões	PDCQ	Auditórios	Manutenção	PRO	Escola Vela	TOTAL
61	0	0	0	0	0	0	0	0	0	157.700	0	157.700
62	116.488	195.699	241.677	269.912	147.681	144.344	81.924	124.461	14.000	275.077	2.156	1.634.621
63	472.802	5.294	118.911	109.648	93.568	107.744	105.401	46.180	365.190	156.080	14.687	1.595.506
64	23.453	78.961	20.372	19.600	62.111	26.489	15.075	13.511	3.940	65.499	1.435	330.645
68	14.266	5.031	6.819	4.128	4.260	2.019	826	17.416	1.462	26.305	155	82.526
69	20.340	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20.341
Total Gastos	667.349	284.985	387.799	403.288	307.822	280.615	204.427	201.567	184.593	880.461	18.433	3.821.340
71	0	0	0	0	0	0	0	0	0	155.253	0	155.253
72	0	407.879	167.613	151.158	180.391	286.760	66.627	197.340	0	1.099.398	12.975	2.990.342
75	0	0	120.169	120.166	120.165	0	0	0	0	0	0	360.500
78	3.169	172.891	22.294	24.515	28.687	34.855	61.090	12.276	2.771	87.715	661	452.944
Total Rendimentos	3.169	580.770	510.076	495.838	329.243	321.616	129.717	209.818	2.771	1.342.385	33.636	3.959.039
Resultado Antes de Imposto - 2010											137.693 €	
Imposto e/ou Rendimento do Exercício											5.290 €	
Resultado Líquido 2010											132.403 €	



OEIRAS VIVA
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Indicadores Financeiros	2009	2010	Desvio
	Real	Real	
Indicadores de Actividade			
» Volume de Negócios	3.144.141	3.145.595	0,05%
» Variação do Volume de Negócios	7,3%	0,0%	-99,37%
» Contributo CM Oeiras (Proveitos)	21,6%	15,9%	-26,64%
» EBITDA ¹	252.043	236.277	-6,26%
» EBIT (Resultado Operacional)	-33.812	-94.368	179,09%
» Resultado Líquido	161.323	132.409	-17,92%
» Margem do EBITDA	-92,0%	-92,5%	0,55%
» Cash Flow Líquido	447.178	463.054	3,55%
Indicadores de Gestão			
» Volume de Negócios por Trabalhador	42.632	40.852	-4,18%
» Custos com Pessoal	45,3%	46,0%	1,51%
» Custos com Fornecimentos e Serviços de Terceiros (FSE)	48,6%	47,1%	-3,15%
» Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	46	103	123,99%
» Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	12	11	-3,46%
Indicadores de Tesouraria			
» Liquidez Geral	0,58	0,71	22,48%
» Liquidez Reduzida	0,58	0,70	21,54%
Indicadores de Equilíbrio Financeiro			
» Autonomia Financeira	42,9%	43,3%	0,92%
» Solvabilidade	0,95	0,95	0,19%
Indicadores Legais			
» Endividamento Líquido (SEC95) ²	958.988	801.118	-16,46%
» Regra do Equilíbrio de Contas (RJ SEL ³) - Anual	-61.769	-114.709	85,71%
» Regra do Equilíbrio de Contas (RJ SEL ³) - Plurianual	224.086	215.936	-3,64%
» Artº. 35º do CSC (Perda de Metade do Capital Social) ⁴	Não	Não	



9.3 Desempenho Ambiental

A empresa tem como objectivo a adopção de medidas continuadas, tendentes a minorar os impactos ambientais gerados em todas as áreas de intervenção.

A formação ambiental dos recursos humanos da empresa, dos clientes e dos concessionários de espaços sob a nossa gestão, potencia práticas ambientalmente correctas. O Código de Conduta Ambiental é obrigatoriamente distribuído a todos os clientes.

A promoção da consciência ambiental no âmbito do desporto escolar, através de acções de formação, concursos e exposições de trabalhos com temas ambientais, acrescenta valor futuro aos projectos.

Temos como prática instalar e avaliar periodicamente instrumentos de gestão que permitam quantificar o impacto da actividade em sistemas concretos e, tendencialmente, tentaremos alargá-los de forma a enquadrarem os sistemas mais complexos de toda a actividade da empresa.

Elaborámos em 2010 planos de gestão de resíduos em todas as áreas de actividade que encerram o manuseamento de resíduos perigosos, acompanhando e registando a sua recolha, transporte e destino final. Os planos permitem enquadrar quantitativamente os impactos associados e responder às exigências legais aplicáveis.

A garantia de que, em todos os subcontratos, são devidamente pesados os factores ambientais associados, alarga o âmbito da intervenção da empresa e potencia a consciência ambiental nos fornecedores e subcontratados.

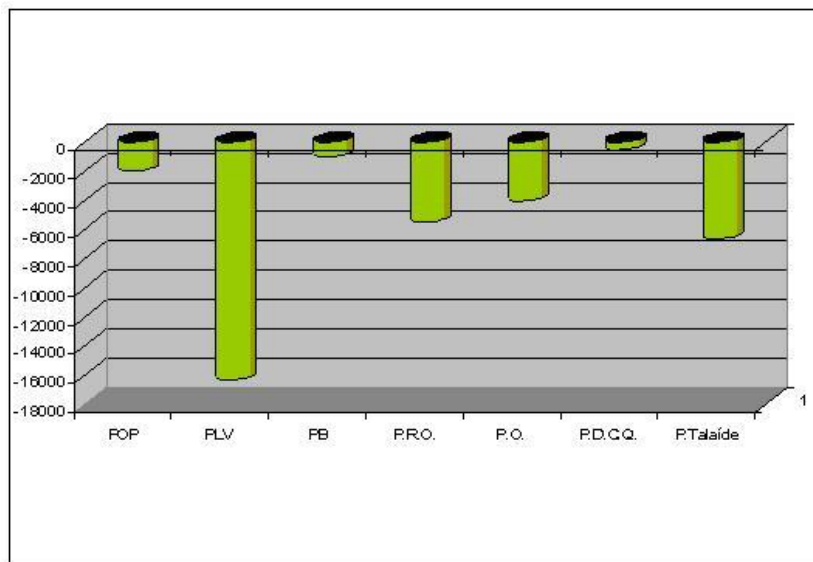


9.3.1 Medidas

Redução de consumos

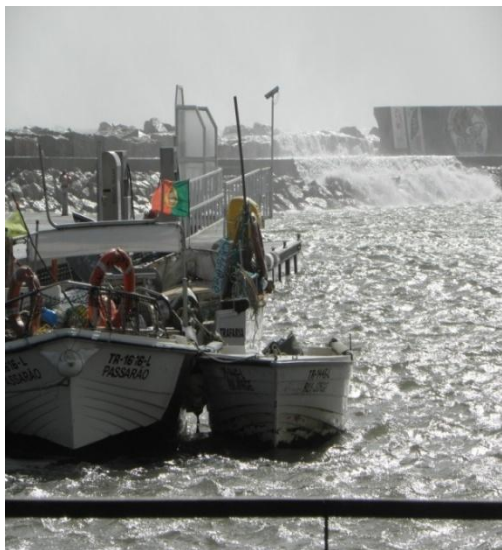
Variação potencial de consumos de energia em 2010, comparada com 2009, obtida com intervenção em equipamentos e troca de lâmpadas.

Variação da potência instalada 2009/2010 (Wh/ano)



Redução de Consumos:

- Uso de torneiras temporizadas
- Utilização de lâmpadas de baixo consumo
- Rentabilização de percursos automóveis
- Colocação de fluxómetros de dupla descarga que permitem economizar água
- Colocação de estacionamento específico para bicicletas



Código de Conduta Ambiental



CÓDIGO DE CONDUTA AMBIENTAL

NÃO LANÇAR LIXO PARA O MAR OU AO LONGO DA COSTA.

NÃO ESVAZIAR CAIXOTES DE LIXO E O RESERVATÓRIO DAS ÁGUAS RESIDUAIS PARA O MAR, PLANO DE ÁGUA DO PORTO DE RECREIO OU AO LONGO DA COSTA.

COLOCAR TODOS OS RESÍDUOS NOS CONTENTORES APROPRIADOS EXISTENTES NO PORTO DE RECREIO; VIDRO NO VIDRÃO, CARTÃO E PAPEL NO PAPELÃO E EMBALAGENS NO EMBALÃO.

UTILIZAR OS EQUIPAMENTOS DE RECOLHA DE ÓLEOS USADOS E DESPERDÍCIOS TÓXICOS NA DOCA SECA DO PORTO DE RECREIO.

UTILIZAR PRODUTOS AMBIENTALMENTE COMPATÍVEIS QUANTO A TINTAS, DECAPANTES, SOLVENTES, DETERGENTES, ETC.

UTILIZAR AS ÁREAS ESPECÍFICAS EXISTENTES NA DOCA SECA DO PORTO DE RECREIO PARA EFECTUAR AS OPERAÇÕES DE LAVAGEM E REPARAÇÃO.

REPORTAR IMEDIATAMENTE, AOS RESPONSÁVEIS DO PORTO DE RECREIO OU ÀS AUTORIDADES, A OCORRÊNCIA DE POLUIÇÃO OU OUTRAS VIOLAÇÕES DO REGULAMENTO AMBIENTAL.

NÃO UTILIZAR PRÁTICAS PROIBIDAS DE PESCA E RESPEITAR OS PERÍODOS DE PESCA PROIBIDA.

RESPEITAR AS ZONAS NATURAIS, VULNERÁVEIS OU PROTEGIDAS.

EVITAR OS DANOS NO FUNDO DO MAR, PARTICULARMENTE QUANDO SE FUNDEIA A EMBARCAÇÃO.

NÃO COMPRAR OU UTILIZAR OBJECTOS FEITOS A PARTIR DE ESPÉCIES PROTEGIDAS OU OS PROVENIENTES DE ACHADOS ARQUEOLÓGICOS SUBAQUÁTICOS.

ENCORAJAR OUTROS NAVEGADORES A PROTEGER O AMBIENTE.



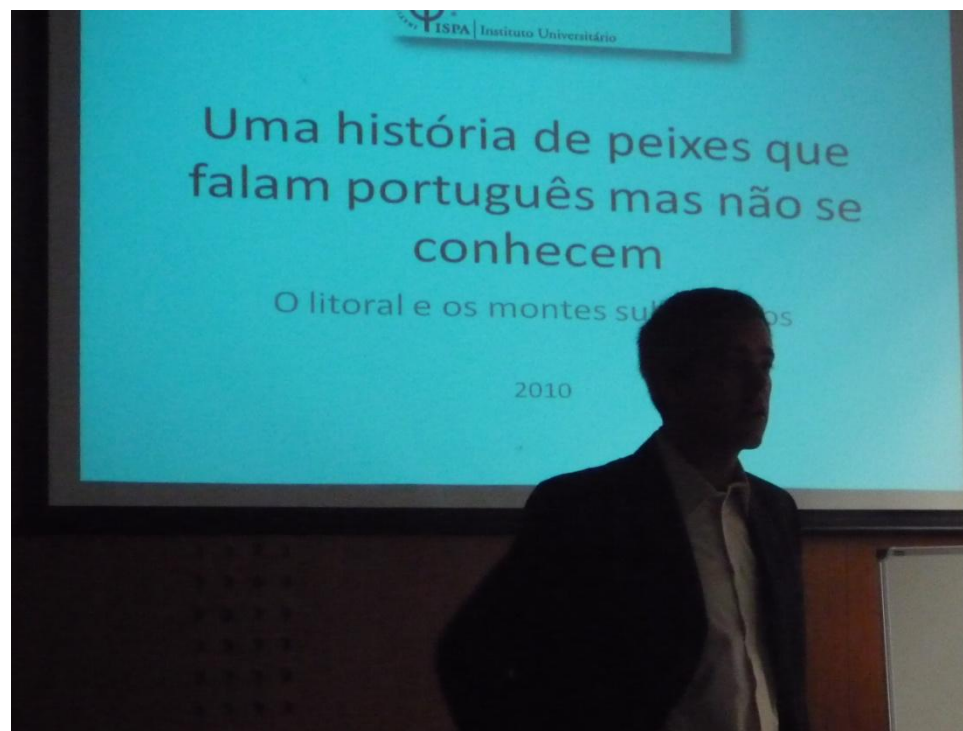
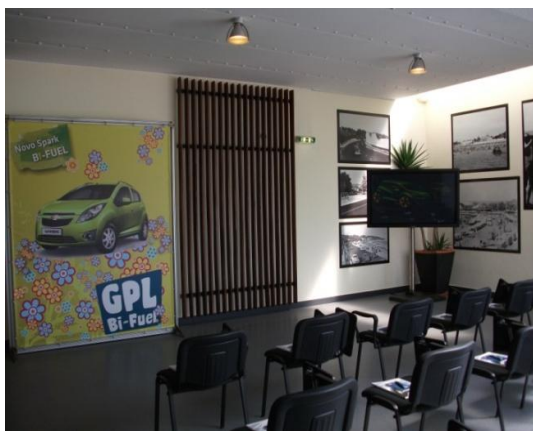
Relatório de Sustentabilidade
2010

Plano de Gestão de Resíduos

Porto de Recreio de Deiras

Palestras de sensibilização ambiental

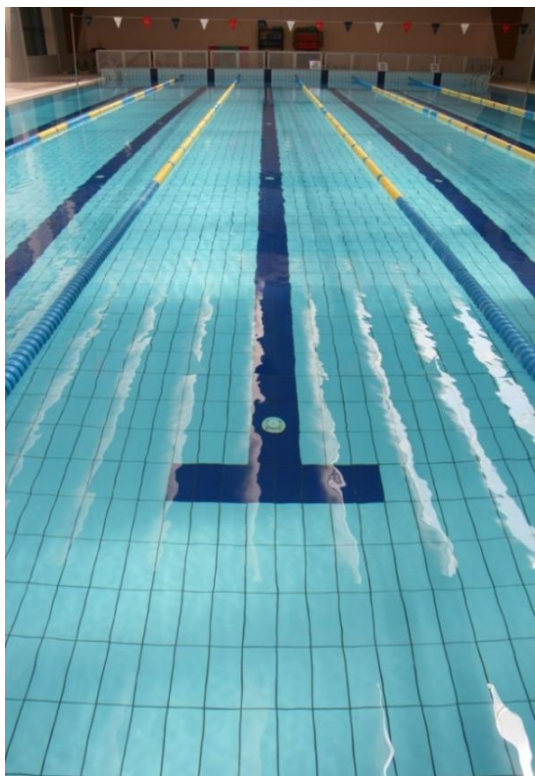
Promoção de palestras abertas a funcionários e utentes versando temas de sensibilização ambiental.



Bandeira Azul



Bandeira Azul



CONTEÚDO GRI		Existência (PÁG)
1. ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
1.1	Mensagem do Presidente	1 a 3
1.2	Impactos, Riscos e Oportunidades	3 e 4
2. PERFIL DA ORGANIZAÇÃO		
2.1	Nome da Organização	6
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	7
2.3	Estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e "Joint Ventures"	5
2.4	Localização da sede da organização	6
2.5	Número de países em que a organização opera e nome dos países em que as suas principais operações estão localizadas ou são especialmente revelantes para as questões da sustentabilidade cobertas pelo Relatório	5
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	5
2.7	Mercados servidos	5
2.8	Dimensão da organização	6
2.9	Mudanças significativas realizadas, durante o período da elaboração do Relatório, relacionadas com tamanho, estrutura ou controlo accionista	
3. PARÂMETRO DO RELATÓRIO		
3.1	Período a que se referem as informações	8
3.2	Data do relatório mais recente	8
3.3	Ciclo de reporte	9
3.4	Contactos para questões relacionadas com o Relatório ou o seu conteúdo	9



Âmbito e Limites do relatório		
3.5	Processo para a definição do conteúdo do Relatório	9
3.6	Limites do relatório	9
3.7	Outras limitações de âmbito específico	9
3.8	Base para a elaboração do relatório no que se refere a "joint ventures", subsidiárias, instalações arrendadas, operações subcontratadas e outras entidades que possam afectar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações	9
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos, incluindo hipóteses e técnicas, que sustentam as estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e outras informações do Relatório	9
3.10	Explicação da natureza e das consequências de qualquer reformulação de informações contidas em relatórios anteriores e o motivo da reformulação	9
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores, no que se refere a âmbito, limite ou métodos de medição aplicados no relatório	9
Índice do Conteúdo GRI		
3.12	Tabela que identificação a localização de cada elemento do Relatório da GRI	37 a 42
Verificação		
3.13	Políticas e procedimentos actuais existentes para fornecer verificações externas do Relatório	4
4. GOVERNO SOCIETÁRIO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO DE "STAKEHOLDERS"		
Governo solidário		
4.1	Estrutura do Governo Societário	9 a 11
4.2	Indicar se o Presidente do Conselho de Administração também desempenha funções executivas (e, se for caso disso, as suas funções dentro da administração da organização e as razões para tal composição)	9 a 11
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração	9 a 11
4.4	Mecanismos que permitam aos accionistas e trabalhadores fazerem recomendações ao mais alto órgão de governação	9 a 11



4.5	Relação entre a remuneração para membros do mais alto órgão de governação e demais executivos e o desempenho da organização (incluindo desempenho social e ambiental)	9 a 11
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governação para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	9 a 11
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimentos dos membros do mais alto órgão de governação para definir a estratégia da organização para questões relacionadas com temas económicos, ambientais e sociais	10
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como o estado da sua implementação	12 e 13
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governação para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho económico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios	13
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governação, especialmente com respeito ao desempenho económico, ambiental e social	11
Compromissos com Iniciativas Externas		
4.11	Explicação sobre se e como o princípio de precaução é tratado pela organização	13
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	13
4.13	Participação em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais	13
Envolvimento de "Stakeholders"		
4.14	Lista dos principais "Stakeholders"	14 a 17
4.15	Base para identificação e selecção dos principais "Stakeholders"	14 a 17
4.16	Formas de consulta dos "stakeholders", de acordo com a frequência das consultas, por tipo ou grupo de "Stakeholders"	14 a 17
4.17	Principais questões e preocupações apontadas pelos "Stakeholders" como resultado da consulta, e como a organização responde a estas	14 a 17
5. DESEMPENHO		
Económico		25 a 30
EC1		



Relatório de Sustentabilidade
2010

EC4		
EC5		
EC6		
EC7		
EC8		
EC9		
Ambiental		31 a 36
EN1		
EN2		
EN3		
EN4		
EN5		
EN6		
EN7		
EN8		
EN9		
EN10		
EN11		
EN12		
EN13		
EN14		
EN15		
EN16		
EN17		
EN18		



EN19	
EN20	
EN21	
EN22	
EN23	
EN24	
EN25	
EN26	
EN27	
EN28	
EN29	
EN30	
Social	18 a 24
Práticas Laborais e Relações de Trabalho	
LA1	
LA2	
LA3	
LA4	
LA5	
LA6	
LA7	
LA8	
LA9	
LA10	
LA11	
LA12	
LA13	
LA14	



Relatório de Sustentabilidade
2010

Direitos Humanos	
HR1	
HR2	
HR3	
HR4	
HR5	
HR6	
HR7	
HR8	
HR9	
Sociedade	
SO1	
SO2	
SO3	
SO4	
SO5	
SO6	
SO7	
SO8	
Responsabilidade pelo produto	
PR1	
PR2	
PR3	
PR4	
PR5	
PR6	
PR7	
PR8	
PR9	

